

HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES EM FORTALEZA NO IMPÉRIO (1845 A 1886)

Karolynne Barrozo de Paula
(UECE)

Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Junior
(UECE)

Introdução

O fulcro deste trabalho é a narrativa descritiva de instituições de ensino secundário em Fortaleza durante o Império, dessa forma, abordaremos duas dessas escolas: Liceu do Ceará (1845) e o Ateneu Cearense (1863). Buscamos compreender como foram constituídas, o público destinado a frequentá-las, a formação dos precursores, e o currículo das mesmas. Assim, pretendemos compreender como era a formação da juventude cearense na Província, a partir do estudo das instituições supracitadas.

Iniciamos nosso trabalho com uma apresentação do contexto da educação Cearense no Império. Em seguida, abordaremos o Ensino secundário no Ceará, especificando o Liceu do Ceará e o Ateneu Cearense, conforme as categorias de análise já informadas.

O Ensino no Ceará no Império

Desde a expulsão dos Jesuítas em 1759 e a vinda da Família Real ao Brasil em 1808, houve o que Fernando de Azevedo descreve como “lacuna no ensino”, caracterizado pela ausência de organiza-

ção institucional, que pudesse ser comparada a atuação homogênea do sistema jesuítico na educação brasileira. Sucedeu nesse período, a formação de aulas isoladas de matérias, fragmentadas impedindo a sistematização da instrução. (AZEVEDO, 1971).

Na Europa, no século XVIII, circulavam ideias liberais e democráticas, que agitavam os âmbitos político e cultural da sociedade. Os ideais propagados na Europa influenciaram a Educação Brasileira, sobretudo, através de livros e Jovens brasileiros que estudaram nas cidades de “Edimburgo, Paris, Montpellier ou acabados de sair da Universidade de Coimbra, já reformada por Pombal [...]”. (AZEVEDO, 1971, p. 563).

O Interesse por estabelecer escolas destinadas a preparar professores leigos está relacionado com a necessidade de expandir a instrução pública no mundo moderno. Nesse período, ideias liberais de secularizar o ensino primário estavam sendo difundidas. Foi, portanto, a partir do século XIX, com a Revolução Francesa que a escola passa a ser institucionalizada, concretizando, dessa maneira, a ideia de escola estatal.

Diante da efervescência política e social ocorridas durante o processo de Independência do Brasil, em 1822, temas sobre a constituição de um Estado autônomo, do ser brasileiro e da formação de uma nação tomaram escopo nos debates.

A formação de uma identidade nacional e a constituição do Império do Brasil repercutiu na formação de homem, de brasileiro exigido pela sociedade, consequentemente, repercutiu na elaboração de projetos para a formação de um ensino secundário no país. Observamos tais investimentos políticos nas medidas votadas pelo

Decreto de 20 de outubro de 1823, que permitia abrir aulas primárias sem necessidade de licença ou autorização; e, em 1827, a Lei de 15 de outubro determinou houvesse em todas as cidades vilas e lugares populosos do Império, escolas de primeiras letras, quantas quisessem os presidentes de Províncias. (GIRÃO, 1985, p.405).

De acordo com a Lei Geral de 25 de Junho de 1831, foram criadas em Fortaleza, cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Francês, Geometria e Retórica. A falta de professor desta última impossibilitou a juventude cearense de permanecer estudando na Capital, partindo para outras Províncias.

Segundo Sousa (1961), o que havia era uma escola primária de elite, que preparara o homem com conhecimentos da cultura clássica e, posteriormente, para exercer uma função pública.

Contudo, em 1935, durante a atuação do Pe. Martiniano de Alencar como Presidente da Província, a situação do ensino no Ceará mudou, conforme podemos perceber na Lei de 1836, que segundo Sousa (1961, p. 75) apresenta um artigo sobre os alunos pobres e a obrigatoriedade da matrícula,

Art. 8º — As Câmaras municipais orçarão a despesa anual que for necessária para suprir com penas, papel, canetas e dois uniformes de côr àqueles alunos que os seus pais ou não possam suprir, por sua reconhecida pobreza, verificando-se esta por informação dos professores e párocos. As despesas sobreditas se farão pelos rendimentos das perspectivas câmaras, ou pelo cofre provincial quando aquelas não chegarem.

A ideia de criação de um estabelecimento para formação de professores, no Ceará, iniciou-se em 1837, como podemos observar na Lei nº 91, de 5 de outubro, que sancionava a criação de uma Escola Normal de primeiras Letras, na Capital da Província. Porém, a referida Lei não foi executada, sendo derogada em 1840. (SOUSA, 1961)

Em um relatório elaborado por José da Silva Bittencourt, sendo o Presidente de Província em 1843, afirma, quanto a instrução no Ceará, que havia 44 cadeiras de ensino primário e que dentre elas, apenas 5 eram destinadas as meninas. (SOUSA, 1961). Em decorrência da fragmentação de cadeiras isoladas na Capital, Silva Bittencourt lembra da conformidade de uni-las em um só edifício, onde todos os professores seriam de ensino secundário, dessa forma, iniciando a formação de um Liceu ou Colégio de Humanidades.

O Ensino Secundário no Ceará: Liceu (1845)

Silva Bittencourt, exercendo a função de Presidência da Província do Ceará em 1843, explanou sobre a necessidade de criação de um estabelecimento de ensino que compreendesse e unisse as Cadeiras isoladas que havia na Capital. É criado o Liceu do Ceará conforme a Lei de nº 304, de 15 de julho de 1884, que comporia as Cadeiras de “Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Aritmética, Geometria e Trigonometria, Geografia, Historia, Latim, Frances e Inglês.” (SOUSA, 1961, p.227)

Porém, a instalação desse estabelecimento ocorreu em 19 de outubro de 1845, sendo esse mesmo dia a comemoração da sua fundação.

Segundo Girão (1985), o Liceu tornou-se a primeira instituição de ensino secundário no Ceará e a quarta do Brasil. Era um externato e foi concedida a responsabilidade ao Padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil, depois Senador Pompeu. Nomeado Diretor do Liceu e diretor da Instrução Pública do Estado.

O Liceu estruturou-se como um estabelecimento referente ao saber humanístico e as cogitações filosóficas e científicas, atraindo os jovens na capital e no interior. Girão (1962). Nas palavras de Tomás Pompeu de Sousa Brasil

A nossa educação secundária modelada pelos liceus d'outras províncias, e colégios dos cursos jurídicos parece só ter em vista preparar nossa mocidade para esses cursos, e dar-lhes uma educação clássica, e teórica no que certamente não atende à necessidade de nosso país. Ela devia compreender parte dos conhecimentos científicos, que tem mais relação com as artes e indústrias, e que tendem a formar homens úteis, e d'alguns esclarecimentos para a vida prática e produtora, ficando ao gênio e ao talento especial o dedicar-se à instrução literária e superior. (Apud Senador Pompeu citado por GIRÃO, 1985, p. 408).

A educação oferecida à juventude cearense no Liceu perpassava pela responsabilidade dos professores secundaristas que os preparava para uma formação humanística e clássica, desvinculada com as necessidades práticas da sociedade, e de incentivo ao cultivo do ócio.

De acordo com o artigo 7º da Ata do Conselho Geral da Província do Ceará, o responsável por nomear Diretor, Vice-Diretor, os quais de acordo com a Congregação dos mesmos Lentes era o presidente da Província em Conselho. De acordo com a resolução legis-

lativa nº 1381, de 23 de dezembro de 1870, sancionada pelo Coronel Joaquim da Cunha Freire, vice presidente da Província, informa que a diretoria e a secretaria exerceria, concomitantemente, a diretoria e secretaria da instrução primária do Estado. O Primeiro diretor do Liceu foi Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que assumia a função de Lente de Geografia e História na referida Instituição. Na época o Presidente da Província, era o Coronel Inácio Correia de Vasconcelos. (CASTELO, 1970).

Tomás Pompeu, como Diretor do Liceu e responsável pela Instrução Pública aplicou os seus conhecimentos teóricos, para alavancar a educação no Ceará (GIRÃO, 1962).

De acordo com Girão (1962), Tomás Pompeu de Sousa Brasil foi ordenado padre pelo Seminário de Olinda 1841 (um estabelecimento orientados por princípios enciclopedistas) e dois anos depois se tornou Bacharel em Direito.

Os primeiros responsáveis pelas cadeiras no Liceu, eram

O ilustre Padre Severino Duarte veio reger a cadeira de Latim; o médico José Lourenço de Castro e Silva, já muito reputado, a de Francês; Gonçalo de Almeida Souto, posteriormente graduado em Direito, a de Inglês; o Dr. Joaquim Saldanha Marinho, a das matemáticas; o bacharel Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, a de Retórica; Manuel José de Albuquerque, jornalista e professor, a de Filosofia. A de Geografia e História coube ao próprio diretor que, achando falho o travessamento técnico do educandário nos moldes da legislação que o criou, eruditamente traçou a respectiva reforma adaptando-o a modelo adequado. (GIRÃO, 1962, p. 285).

Traçaremos o perfil dos primeiros professores do Liceu, desde a sua fundação em 1845, abordando a formação e a influência que exerciam como professores da primeira instituição de ensino secundário na Província do Ceará.

Segundo Castelo (1970), Manuel José de Albuquerque, professor de Filosofia, foi secretário durante o Governo de Costa Barros e foi nomeado professor dessa cadeira, em 18 de novembro de 1832, posteriormente agremiada no Liceu, assim como aconteceu com as outras cadeiras espalhadas pela Província. Albuquerque estudava Direito em Coimbra, mas teve de deixar Portugal, e voltando ao Brasil, em sua passagem pelo Ceará foi nomeado secretário do Governo Costa Barros, seu antigo colega de Coimbra. Segundo Castelo (1970, p. 125) ele “era, no entanto, um dos homens de mais capacidade e saber daquela quadra; astuto, pasciente, maligno e, a seu tempo, vingativo, enfiava amigo e adversários com uma habilidade que tocava às raíais da perfídia.”

O Padre Manuel Severino Duarte, era natural de Aracati, e sucedeu na cadeira de Latim, ao Padre João Rufo Tavares. Foi nomeado como professor de Latim, em 11 de novembro de 1833. Os outros professores assumiram a responsabilidade de lecionar nas cadeiras de humanidade, antes da união destas no Liceu, como o professor de Retórica, Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, que assumiu em 13 de março de 1838. (CASTELO, 1970).

Desde a sua instalação em outubro de 1845, o Liceu do Ceará não absorvia o número crescente de jovens, oriundos do interior e da capital, pois não dispunha de um internato. Era necessário oferecer aos jovens desejosos de estudar, novos espaços de aprendizagem para “cultivar a inteligência” e prepará-los para as carreiras profissionais. (CASTELO, 1970).

O Ensino Secundário no Ceará: o Ateneu (1863)

Portanto, no dia 8 de janeiro de 1863, foi fundado o Ateneu Cearense, que foi organizado com a finalidade de complementar a ação do Liceu, oferecendo outras possibilidades de estudos para os jovens da Capital e do interior da Província. Foi estruturado por “João de Araújo Costa Mendes, o portador dos novos métodos pedagógicos do glorioso Ginásio Baiano, do Prof. Abílio César Borges.” (GIRÃO, 1962, p. 286).

Era uma instituição particular de ensino secundário, tinha como finalidades a educação religiosa dos jovens, instrução literária para ingresso nas Academias e Seminários do Império. Segundo Castelo (1970, p.242) a escola praticava “o vantajoso sistema de prêmios e punições morais, ficando assim abolidos os castigos físicos, que só eram aplicados nos casos de tentativas contra a moralidade”. Admitia alunos internos, semi-internos (meio-pensionistas) e todas as idades e em todos os meses do ano.

No Currículo, observamos as finalidades do ensino e como a juventude cearense era formada, como podemos observar nas respectivas cadeiras e seus professores,

A cadeira de Filosofia do Ateneu estava entregue ao Dr. Teófilo Rufino Beserra de Meneses, com 4 alunos. A de Matemática, ao Dr. Théberge, com 9 alunos. A de Geografia e História, ao Dr. Félix José de Sousa Júnior, com 10. A de Inglês, ao Dr. Gonçalo de Almeida Souto, com 13. A de Latim, ao Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, com 44, divididas em quatro classes, eloquente prova da preferência do ensino da língua do Lácio. A de Conversação Francesa, com 5 alunos, ao Dr. Octave

Juannez. A 1ª. Classe de Francês, ao Dr Antônio Domingos da Silva, com 25. A 3ª e 4ª classes, a Ataliba M. de Moura Ribeiro, respectivamente com 18 e 24. A 1ª de Português, com 77. A 2ª a Luís Carlos de Matos Peixoto, com 28. A 3ª, a Manuel Teófilo Costa Mendes, com 24. Às aulas primárias compareciam 96 meninos. A de música era confiada a Vitor Augusto Nepomuceno, pai do notável compositor e maestro Alberto Nepomuceno. (GIRÃO, 1985, p. 411).

A direção do Ateneu passa para Manuel Teófilo, antes mesmo da morte do irmão João Araújo, primeiro diretor e precursor da instituição. Mas problemas de saúde impediram que Manuel Teófilo continuasse no magistério e na direção da escola, portanto a direção do educandário foi passada ao Dr. Manuel Ambrósio da Silveira Tôrres Portugal. Durante a direção deste último o Ateneu prosseguiu, com medidas que unissem

Teoria e prática em perfeita combinação, exercícios repetidos e número de alunos reduzido em cada classe, discutindo temas em adequada familiaridade com o professor. No currículo foi introduzido o ensinamento de história do Ceará, bem como noções de ciências naturais, de educação menos convencional e mais instrução cívica.

Porém, o Ateneu teve suas portas fechadas em 1886, ano em que seu atual diretor, Dr. Tôrres Portugal estava de partida para o Rio de Janeiro, para exercer o mandato de deputado geral. (CASTELO, 1970). Entre o período de abertura e extinção do Ateneu, outras instituições foram abertas, sendo externatos, internatos e destinados ao sexo feminino e masculino, foram essas: Colégio da

Imaculada Conceição (1865), Panteon Cearense (1870), Colégio São José (1876), Partenon Cearense (1882) e Ginásio Cearense (1887). Instituições escolares responsáveis pela formação da juventude cearense, oferecendo-lhes os subsídios necessários a almejar lugares de destaque na sociedade, formando o homem dirigente da sociedade, tais características expressadas pelo cunho humanista do currículo dessas instituições, que em nosso trabalho destacamos, o Liceu e o Ateneu Cearense.

Considerações Finais

A partir do que foi exposto e com base na bibliografia citada em nosso trabalho podemos inferir que no início do Império, a educação ofertada pelo Liceu do Ceará e pelo Ateneu, visava formar o homem capaz de exercer o papel de dirigente da sociedade, apresentando um currículo clássico e teórico.

Os professores usufruíam de *status* social, por ensinarem nas instituições supracitadas, pois em sua maioria eram Bacharéis em Direito, Padres, Jornalistas e pessoas de destaque na política.

Destaco os antecedentes históricos na criação dessas escolas de ensino secundário. O Primeiro diretor do Liceu do Ceará, foi o Pe. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, ordenado pelo Seminário de Olinda. O Seminário de Olinda foi criado por Azeredo Coutinho em 1798 e fundado em 1800, que inovou com tendências pedagógicas liberais e com um plano de estudos, voltado para o ensino das ciências físicas e naturais. Essas tendências repercutiram, também, na formação da juventude cearense, na referida instituição, por compreender disciplinas, como: retórica, aritmética, poética, geometria,

latim, história, geografia entre outras., matérias de cunho inovador, e concomitantemente, tradicional.

O primeiro currículo do Ateneu Cearense era imbuído das cadeiras: Filosofia, matemática, geografia, história, língua Lácia (Clássicas), Francês e Português. Na direção do Dr. Tôrres Portugal, último diretor da instituição, a preocupação por unir teoria e prática e a introdução de disciplinas de história do Ceará, e de noções de ciências naturais, apresentavam uma nova mudança na formação do homem exigido pela sociedade.

Analisando com os referencias e necessidades educacionais da sociedade contemporânea podemos inferir que tratava-se de uma proposta educacional destinada a um agrupamento social privilegiado economicamente, mas, devemos compreender que havia um modelo de verdade instituído, fundado na divisão nas condições de acesso a instrução, considerando o pertencimento a determinado grupo social.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. As Origens das Instituições Escolares. In. AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 5ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora USP, 1971, p. 561 — 613.

CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970

GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza: BNT. ETENE, 1985.

_____. *Pequena História do Ceará*. 2 ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.

_____. & FILHO, Antônio Martins. *O Ceará*. Fortaleza: fundação Waldemar Alcântara, 2011.

GONDRA, José Gonçalves. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUSA, Joaquim Moreira de. *Sistema Educacional Cearense*. Recife: MEC/INEP, 1961.